

***SPI Sociedade para  
Participações em  
Infraestrutura S.A.***

Demonstrações contábeis referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2025

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.287	4.918	Obrigações fiscais		7	-
Despesas antecipadas		21	35	Contas a pagar - partes relacionadas	6	-	148
Impostos a recuperar	5	49	44	Total do passivo circulante		7	148
Total do ativo circulante		5.357	4.997				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Despesas antecipadas		-	19	Capital social	8	22.507	22.507
Total do ativo não circulante		-	19	Prejuízos acumulados		(17.157)	(17.639)
				Total do patrimônio líquido		5.350	4.868
TOTAL DO ATIVO		5.357	5.016	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.357	5.016

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	9	(39)	(38)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		(39)	(38)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	10	672	479
Despesas financeiras	10	(32)	(23)
		640	456
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		601	418
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11	(119)	(76)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		482	342
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$			
		0,0214	0,0152

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	482	342
Total do resultado abrangente do exercício	<u>482</u>	<u>342</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES	<u>482</u>	<u>342</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		22.507	(17.981)	4.526
Lucro líquido do exercício	12	-	342	342
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>22.507</u>	<u>(17.639)</u>	<u>4.868</u>
Lucro líquido do exercício	12	-	482	482
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>22.507</u>	<u>(17.157)</u>	<u>5.350</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI - SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	482	342
Aumento (redução) dos ativos operacionais:		
Despesas antecipadas	33	32
Impostos a recuperar	(5)	18
Depósitos judiciais	(2.454)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar - partes relacionadas	(148)	28
Obrigações fiscais	2.461	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>369</u>	<u>419</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>369</u>	<u>419</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.918	4.499
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u><u>5.287</u></u>	<u><u>4.918</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SPI Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.

São Paulo, 11 de março de 2026.

Senhores acionistas,

Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial, bem como as demais demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

A Administração

## SPI SOCIEDADE PARA PARTICIPAÇÕES E INFRAESTRUTURA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A SPI Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A. (“Sociedade”), criada em 30 de abril de 2008, tem como objetivo a participação em outras empresas, civis e comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais. A Sociedade não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para sua manutenção, bem como para a liquidação dos passivos contratados.

Em 3 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Participes em Brasil S.L. (“Participes”), controladora da SPI, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A. (“Abertis”), sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL (“Brookfield”), uma sociedade organizada e existente de acordo com a lei de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da SPI, respectivamente.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

##### Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 11 de março de 2026.

##### Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

##### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

##### Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, provisões para riscos fiscais e cíveis, que apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas, pela Sociedade, de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

##### 3.1.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### 3.1.2 Classificação e mensuração subsequente

###### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

###### (a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

###### (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

###### Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no

	resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 3.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.4 Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

#### 3.5 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos do Grupo Arteris.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

#### 3.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### 3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### Provisão para riscos tributários

A Sociedade é parte de processos judiciais. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

### 3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelo valor de realização e/ou liquidação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço.

### 3.9 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

### 3.10 Apuração do resultado

Os resultados das operações estão apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

### 3.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

#### a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários, antigo e novo, coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

#### b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Sociedade não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados nos curto e médio prazos, considerando os estudos e monitoramentos realizados.

#### c) IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

#### d) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Caixa e contas bancárias	1	1
Aplicações financeiras (*)	5.286	4.917
<b>Total</b>	<b>5.287</b>	<b>4.918</b>

(\*) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos LFT e LTN possuem liquidez imediata, estão, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na média de 98,53% a.a. do Certificado de Depósitos Interbancário - CDI (96,97% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

## 5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Imposto de renda e contribuição social	49	44
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>44</b>
Total do circulante	<b>49</b>	<b>44</b>

## 6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.	-	148
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>148</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>148</b>

## 7. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS E CÍVEIS

A Administração é de opinião que em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não era conhecido nenhum processo de natureza fiscal ou cível na qual a Sociedade é parte e que devesse ser refletida nas demonstrações contábeis.

Em 5 de fevereiro de 2013, foi aprovada em assembleia dos debenturistas a cessão da dívida antes pertencente a Participes em Brasil S.L.A. para a Abertis Infraestructuras S.A. e para a Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL. A mudança dos devedores provocou uma novação da dívida nos termos da lei brasileira e consequentemente a nova tributação do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. A Sociedade depositou em juízo e provisionou em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$40.542 (R\$38.088 em 31 de dezembro de 2024) e está discutindo judicialmente o pagamento deste imposto por entender que a transação ocorrida não caracteriza uma nova operação financeira. A provisão está sendo apresentada líquida junto ao depósito judicial e como consequência não há impacto nas demonstrações contábeis, considerando que a Sociedade é um veículo para a captação de recursos e os devedores do contrato, Abertis Infraestructuras S.A. e Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, são os responsáveis pelas despesas com este imposto. Em 31 de dezembro de 2025 não havia decisão terminativa referente ao mérito objeto da discussão judicial.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões e, em 31 de dezembro de 2025 totalizam o montante de R\$16.448 (R\$14.429 em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com a legislação vigente, as operações da Sociedade estão sujeitas a revisões pelas Autoridades Fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos impostos e às contribuições federais (imposto de renda, contribuição social, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI) e estaduais (ICMS). Para o exame dos recolhimentos de contribuições previdenciárias, o prazo de prescrição é de cinco anos para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e de 30 anos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão vir a ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

## 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$22.507, representado por 22.506.527 ações ordinárias sem valor nominal:

	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Abertis Infraestructuras S.A.	11.478.329	51%
Brookfield Brazil Motorways Holding SRL	11.028.198	49%
	<u><b>22.506.527</b></u>	<u><b>100%</b></u>

### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº.404/76.

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## 9. DESPESAS POR NATUREZA

Estão representadas por:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(33)	(33)
Publicações legais	(6)	(5)
<b>Total</b>	<u><b>(39)</b></u>	<u><b>(38)</b></u>

## 10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	4	-
Aplicações financeiras	668	475
Outras receitas	-	4
<b>Total</b>	<u><b>672</b></u>	<u><b>479</b></u>
	<u><b>31.12.2025</b></u>	<u><b>31.12.2024</b></u>
Despesas financeiras:		
Outras despesas	(32)	(23)
<b>Total</b>	<u><b>(32)</b></u>	<u><b>(23)</b></u>

## 11. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2025 e 2024 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado é como segue:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	601	418
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(204)	(142)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	85	66
Total	<u>(119)</u>	<u>(76)</u>
Imposto contabilizado	(119)	(76)
Despesa de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(119)	(76)
Total	<u>(119)</u>	<u>(76)</u>
Alíquota efetiva de impostos	(20%)	(18%)

## 12. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<b><u>Básico/Diluído</u></b>		
Lucro líquido do exercício	482	342
Número de ações durante exercício	22.507	22.507
<b>Lucro por ação</b>	<u><b>0,0214</b></u>	<u><b>0,0152</b></u>

## 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	<u>31.12.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixa e Equivalentes de caixa	N/A	2	5.287	5.287	4.918	4.918
			<u>5.287</u>	<u>5.287</u>	<u>4.918</u>	<u>4.918</u>
<u>Passivo</u>						
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	-	-	148	148
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>148</u>	<u>148</u>

(\*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

\* \* \*

*Nilton Leonardo Fernandes Oliveira*

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira (Mar 13, 2026 17:55:29 ADT)

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira  
Diretor Presidente

*Flavia Lucia Matiulli Tâmega*

Flavia Lucia Matiulli Tâmega (Mar 13, 2026 17:12:48 ADT)

Flavia Lucia Matiulli Tâmega  
Diretora

*José Ricardo Bernardes Durante*

José Ricardo Bernardes Durante (Mar 11, 2026 12:48:20 ADT)

José Ricardo Bernardes Durante  
Diretor de Controladoria

*Anderson Rossi Mosna*

Anderson Rossi Mosna (Mar 11, 2026 15:11:08 ADT)

Anderson Rossi Mosna  
Contador  
CRC ISP 257.150/O-7

---



# DFP 2025 SPI


Final Audit Report

2026-03-13


Created:	2026-03-11
By:	Alexandre Pscheidt (alexandre.pscheidt@arteris.com.br)
Status:	Signed
Transaction ID:	CBJCHBCAABAASPKOmYqHlzO5PJpVge9WIAzyjQ77tqpB

## "DFP 2025 SPI" History

-  Document created by Alexandre Pscheidt (alexandre.pscheidt@arteris.com.br)  
2026-03-11 - 3:11:48 PM GMT
-  Document emailed to Nilton Leonardo Fernandes Oliveira (nilton.oliveira@arteris.com.br) for signature  
2026-03-11 - 3:12:05 PM GMT
-  Document emailed to Flavia Lucia Matioli Tâmega (flavia.tamega@arteris.com.br) for signature  
2026-03-11 - 3:12:06 PM GMT
-  Document emailed to José Ricardo Bernardes Durante (joserickardo.durante@arteris.com.br) for signature  
2026-03-11 - 3:12:06 PM GMT
-  Document emailed to Anderson Rossi Mosna (anderson.mosna@arteris.com.br) for signature  
2026-03-11 - 3:12:06 PM GMT
-  Email viewed by José Ricardo Bernardes Durante (joserickardo.durante@arteris.com.br)  
2026-03-11 - 3:47:51 PM GMT
-  Document e-signed by José Ricardo Bernardes Durante (joserickardo.durante@arteris.com.br)  
Signature Date: 2026-03-11 - 3:48:20 PM GMT - Time Source: server
-  Email viewed by Anderson Rossi Mosna (anderson.mosna@arteris.com.br)  
2026-03-11 - 6:10:43 PM GMT
-  Document e-signed by Anderson Rossi Mosna (anderson.mosna@arteris.com.br)  
Signature Date: 2026-03-11 - 6:11:08 PM GMT - Time Source: server
-  Email viewed by Flavia Lucia Matioli Tâmega (flavia.tamega@arteris.com.br)  
2026-03-13 - 8:11:22 PM GMT
-  Document e-signed by Flavia Lucia Matioli Tâmega (flavia.tamega@arteris.com.br)  
Signature Date: 2026-03-13 - 8:12:48 PM GMT - Time Source: server

 Email viewed by Nilton Leonardo Fernandes Oliveira (nilton.oliveira@arteris.com.br)

2026-03-13 - 8:55:10 PM GMT

 Document e-signed by Nilton Leonardo Fernandes Oliveira (nilton.oliveira@arteris.com.br)

Signature Date: 2026-03-13 - 8:55:29 PM GMT - Time Source: server

 Agreement completed.

2026-03-13 - 8:55:29 PM GMT